

Ata da XVIII Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Tamoios

Às 14h10min do dia 12 de julho de 2011 deu-se início a XVIII Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Tamoios, na Sede Administrativa da ESEC, situada na BR 101, km 531,5, Mambucaba/Paraty.

Compareceram à reunião os conselheiros: Carlos Alberto Pompei (ATSCV); Stainer Peixoto Braga (Instituto Ambiental Costa Verde); César Romero Stanisce Dutra (Prefeitura Municipal de Paraty); Mariane Fernandes (representando a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis nesta reunião); Aldo de Bulhões Lara (Associação de Moradores de Tarituba – AMOT); José Carlos Pedrosa (APEPAD); Lucia Guirra (FIPERJ); Ricardo Toledo (APA Tamoios/INEA); Julio César Avelar (AMBIG e SUPBIG/INEA); João Luiz Vilela Victal (Bemar); Miriam Reis (SAPE); Virmar G. M. (TRANSPETRO); Maurício Oliveira (TRANSPETRO); Ricardo Donato (ELETRONUCLEAR), Eduardo Godoy (APA de Cairuçu/ICMBio); Régis Pinto De Lima (ESEC Tamoios) e Adriana Nascimento Gomes (ESEC Tamoios).

Também estavam presentes os convidados: Maria Teresa Menezes de Széchy (UFRJ); Aldo Nassif Menezes (APEPAD); Pitter Machado Ronfini (UFF); Maurício da Mata (UFF); Claudia Herber (APA Marinha Litoral Norte de São Paulo); Laura Piatto (APA Marinha Litoral Norte de São Paulo); Lucia Xavier (Prefeitura Municipal de Caraguatatuba/SP); Pedro Antonio dos Santos (ATEVI); Francisco Américo (APA); C. Gomes (UFF); Mayra Ferrari da Cunha (INEA/SupBIG); Ricardo Voivodic (INEA/RJ); Gladys Lima (Prefeitura Municipal de Caraguatatuba/SP); Luciano de Oliveira Vidal (Câmara Municipal de Paraty); Gilberto Galvão (Câmara Municipal de Paraty); Marcio (Colônia Pesca); Suzana M. Ramineli (Projeto Hippocampus); Leandro Gonsalves (ESREG/IBAMA) Marcos A. (Associação Produtores de Macroalgas); Henrique de Jesus Zadelo (ass Prod Macroalgas); Rodrigo Vieira do Nascimento (ESREG/IBAMA); Ismael José de Bulhões (pescador); Carlos Henrique Peixoto (estagiário/ESEC Tamoios) e Silvia Silva Peixoto (ESEC Tamoios).

Justificaram ausência: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Marinha do Brasil/Capitania dos Portos; Associação de Moradores da Ilha do Araújo.

Não justificaram a ausência: Ministério da Pesca e Aquicultura; SEBRAE, IPHAN; Associação de Turismo da Costa Verde – ATCV; Colônia de Pesca Z 17/Angra dos Reis, Colônia de Pesca Z 18/ Paraty; Associação de Moradores da Vila Histórica de Mambucaba.

O chefe da ESEC Tamoios, Régis Lima, iniciou a reunião lembrando os objetivos da ESEC Tamoios e apresentou a pauta que consistia em: Abertura, Informes sobre: (i) Situação náutica da Unidade de Conservação; (ii) Condicionante 2.31 da LP 279/08 – Usina Nuclear Angra 3; (iii) Reunião Câmara Temática de Pesquisa (abril 2011); (iv) Notificação 12246/A – ETN (Prazo: 06/07/2011); (v) Requerimento No. 105/2011 – CMParaty/ Vereador Vidal; três apresentações, sendo a primeira do Dr. Julio Avelar (Superintendente INEA/BIG) sobre “A situação atual da Maricultura na BIG” ; a segunda do engenheiro de pesca Maurício da Mata, mestrando da UFF sobre “ O cultivo piloto da macroalga *Kappaphicus sp* como alternativa econômica as comunidades tradicionais em Paraty/RJ; e a terceira apresentação do Dr. Ricardo Voivodic (INEA/RJ) sobre “Projeto de Gestão Integrada da BIG – SA/INEA/GEF.

Foi realizada uma rodada de apresentação dos participantes. Quanto à situação náutica, Régis apresentou os esforços da equipe em solucionar esta questão, com a possibilidade de quatro embarcações: (1) A lancha ESEC Tamoios de 26’ que ainda aguarda o conserto providenciado pela empresa Eletronuclear desde dezembro de 2009 (há 19 meses); (2) uma pequena lancha de 19’ motor de 115 HP, já licitada pelo ICMBio e que deve ser entregue em no máximo 45 dias; (3) Uma lancha maior, de 28’ e motor de 330 HP, do tipo Fishing, que está em processo de elaboração do edital para licitação pelo ICMBio; e (4) a lancha de nome SEAP19, do Ministério da Pesca e Aquicultura, que está em processo de ser cedida para o ICMBio.

Quanto à questão da condicionante 2.31 da LP de Angra 3, que determina que a Eletronuclear deverá assumir os custos de manutenção e custeio da ESEC Tamoios e do PARNA Serra da Bocaina, Régis apresentou um documento da Eletronuclear no qual se esclarece que esta condicionante não pode ser considerada compensação ambiental e que serão retomados os processos para implementar os planos de trabalho apresentados pelas UCs no ano passado.

Ainda dentre os informes, comentou-se sobre a importante participação de diversos pesquisadores e Instituições no I Workshop de Pesquisa da UC, realizado no âmbito da Câmara Temática de Pesquisa e que teve como objetivo subsidiar a elaboração de um Programa de Monitoramento Oceanográfico e Ambiental para a Baía da Ilha Grande.

Foi comunicado que a UC recebeu o Parecer 585/2010 da Procuradoria Federal Especializada do ICMBio o qual esclarece que a competência para expedir autorizações para captura, coleta e transporte de fauna em unidades de conservação federais e respectivas zonas de amortecimento regularmente instituídas é do ICMBio. Assim, a UC notificou primeiramente a empresa Eletronuclear e aguarda a entrega dos documentos solicitados. Outras empresas deverão ser notificadas quanto à necessidade destas autorizações.

O superintendente do INEA Julio Avelar falou sobre o “Panorama da Maricultura no Estado do Rio de Janeiro”, através de uma apresentação que já havia feito na Câmara Municipal de Angra dos Reis. Apresentou as principais espécies cultivadas na maricultura, um panorama mundial com dados da FAO, e um panorama nacional, com dados históricos desde a década de 70 até os dias atuais, com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, a criação do GEOR-Maricultura e a assistência técnica da FIPERJ. Ainda que Angra dos Reis tenha se consagrado como o primeiro produtor de vieiras do país, alertou para o risco de colapso da atividade. Mostrou fotos de diferentes cultivos, perfis de produtores e apresentou os resultados do Grupo de Trabalho “Levantamento de artes fixas de Pesca e Maricultura” da Câmara Temática de Aquicultura e Pesca da ESEC Tamoios que demonstrou o uso de sistemas de cultivo com finalidade de privatização de praias na Baía da Ilha Grande, sobretudo em Angra dos Reis. Ressaltou os grandes entraves do setor, ressaltando: legislação confusa e instabilidade na disponibilidade de formas jovens. Dentre os avanços destacou a simplificação do processo de licenciamento ambiental promovido pelo INEA, o trabalho em parceria com a FIPERJ, SEBRAE, MPA e Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, que permitiu a emissão das primeiras 13 licenças para cultivo de moluscos no país; o Processo de revisão do Decreto Federal pelo MPA, a Criação da Comissão de Maricultura no âmbito da Superintendência do MPA-RJ e a Criação da Secretaria Estadual de Pesca. Dentre as demandas futuras, como imediata destacou a solução para a questão do fornecimento de sementes e também o estabelecimento de uma política estadual que desenvolva toda a cadeia produtiva da maricultura.

Em seguida, o engenheiro de pesca Maurício da Mata apresentou o projeto Cultivo Piloto da Macroalga *Kappaphycus Alvarezii* Doty para Proporcionar Alternativa Econômica a Populações Tradicionais de Paraty (RJ), coordenado pelo conselheiro Professor Dr. Roberto Villaça (UFF), com recursos do edital 07/2008 do CNPQ/MCT e desenvolvido com apoio da Prefeitura de Paraty, Reserva Ecológica da Juatinga, APA de Cairuçu e Empresa “Ondas Biomar”. O projeto tem como objetivos: a Implantação de uma unidade experimental de cultivo de macroalgas como modelo para desenvolvimento da atividade na região; Capacitar e acompanhar tecnicamente o manejo e controle da produção com as comunidades tradicionais de Paraty; realizar Monitoramento ambiental visando reduzir os riscos de possíveis efeitos indesejáveis dos cultivos; e Auxiliar a comercialização da alga aos maricultores iniciantes, através do estabelecimento de contatos com compradores potenciais. Falou do histórico da introdução desta alga no Brasil, ressaltando que a mesma passou por um período de quarentena de 10 meses em laboratório na USP até ser introduzida no meio ambiente, tendo sido monitorada por 8 anos e não ter havido qualquer indício de estabelecimento em populações naturais. Dentre as razões para se cultivar esta alga, destacou: o esgotamento de bancos naturais no Nordeste; a ausência de grandes bancos de algas comerciais no Sudeste; os riscos ambientais baixos; os problemas técnicos com os cultivos de *Hypnea Musciformis*; a possibilidade de gerar renda para comunidades tradicionais; sua grande utilidade comercial e industrial; e o fato do Brasil importar cerca de 1000 toneladas de carragenana por ano. Apresentou a área permitida no Brasil para cultivo desta espécie, regulamentada pela Portaria IBAMA 185, de 22/07/2008 e que vai de Sepetiba, RJ até Ilha Bela, SP. Em seguida resumiu as atividades já executadas no projeto, tendo sido instaladas balsas de cultivo na Ponta da Cajaíba, Ilha do Araújo e Ilha da Cotia. O projeto tem a autorização 22808-1 do SISBIO e também está autorizado pelo INEA. Inclui o monitoramento do costão, que é feito com foto quadrats e utilização do software CPCe, e as atividades de extensão junto aos maricultores, com cessão de balsas aos participantes

das oficinas. Explicou que o rendimento de uma fazenda de algas é variável e depende das condições ambientais, do manejo aplicado, do sistema de cultivo utilizado e da capacitação técnica da equipe de trabalho. O sistema que o projeto propõe pode render para cada hectare cultivado (11 balsas de cultivo de 240 m²), com cinco ciclos de produção por ano, uma produção total aproximada de 104.500 kg / macroalgas frescas/ hectare / Ano, ou seja, uma Receita Bruta de R\$ 31.350,00 / ano. Considera-se que as balsas de produção têm uma vida útil média de 05 anos. Após falar do manejo de colheita e secagem, Maurício defendeu este tipo de cultivo como uma aquacultura sustentável, sendo ambientalmente correta, pois a alga não se instala, economicamente viável por gerar renda e promover a inclusão social por ser gerida pelas comunidades pesqueiras de Paraty.

Em seguida o Vereador de Paraty, Luciano de Oliveira Vidal, apresentou o Requerimento No. 105/2011 à Câmara Municipal de Paraty, de sua autoria, através do qual requer que o presidente da Câmara officie ao chefe da ESEC Tamoios solicitação de agendamento de reunião extraordinária do Conselho da UC para tratar de propostas a serem apresentadas pelos setores pesqueiros e da maricultura para tratar de assuntos relativos aos conflitos existentes junto a estes setores, bem como o esclarecimento sobre o andamento do processo 02070.003813/2009-08. Vale lembrar que o referido processo foi aberto no ICMBio e encaminhado para a Coordenação de Gestão de Conflitos do Instituto que, em articulação com a chefia da UC, deverá orientar quanto aos meios e instrumentos disponíveis para condução do assunto localmente. Régis informou que o Requerimento 105/2011 do Vereador já foi encaminhado para a DIREP/ICMBio através do Memo 037/2011, que também solicitava a remessa do processo para a UC e convidava esta diretoria para participar da reunião extraordinária solicitada pelo vereador, com data a ser definida. Régis ressaltou que esta reunião será uma ótima oportunidade para se esclarecer qual de fato é o papel desta UC para conservação dos recursos pesqueiros e na experimentação de projetos aplicados a maricultura da Baía da Ilha Grande. Lembrou também que o Ministério da Pesca e Aquicultura já vem conduzindo o processo para fazer um Acordo de Pesca na Baía da Ilha Grande, com apoio da FIPERJ e da UFRJ - SOLTEC. Disse ter sabido que ocorreu uma reunião recentemente para instituir um conselho e dar amparo a este Projeto do Acordo de Pesca, mas ressaltou que a ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS não foi convidada a participar desta reunião.

Após o intervalo para um lanche oferecido pela UC aos presentes, a reunião prosseguiu com a apresentação do Dr. Ricardo Voivodic (GERCO/GEGET/INEA) sobre o projeto Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande, submetido ao GEF (Global Environment Facility/FAO) em 2008, aprovado em dezembro de 2010 e finalmente assinado o convênio no último dia 05/07. Explicou que o projeto demanda articulação intersetorial e intergovernamental e que possui 4 grandes componentes básicos: (1) Planejamento, Política e Fortalecimento Institucional; (2) Biodiversidade, Conservação e Áreas Protegidas; (3) Envolvimento público, Participação na gestão e Educação ambiental; (4) Análise das Ameaças, Mitigação, Monitoramento e Fiscalização. Explicou que o aspecto institucional envolve INEA, Prefeituras e Unidades de Conservação. Disse que a Unidade Gestora do Projeto (UGP) será instalada junto à Superintendência da Baía da Ilha Grande do INEA e que o fórum será o Comitê de Bacia da Ilha Grande. Ressaltou a necessidade de elaboração de um zoneamento costeiro para toda a Baía da Ilha Grande, lembrando que uma forma de regulação do uso do espelho d'água pode ser a criação de uma APA Marinha abrangendo todo o espelho d'água da BIG. Outra ação importante deste componente é o Estudo de Compatibilização e procedimentos para o licenciamento e regularização da atividade de maricultura na Baía da Ilha Grande. No âmbito da segunda componente (Biodiversidade e Áreas Protegidas), o foco é o Fortalecimento institucional e operacional do Mosaico Bocaina, através da sua Secretaria Executiva, o fortalecimento de UCs que não estão estruturadas, em especial as UCs municipais como a APA Municipal de Paraty e estimular a criação de RPPNs com vistas a reforçar a conectividade entre as UCs. A componente das ameaças será focada principalmente no problema da Poluição Orgânica, o que inclui o monitoramento dos corpos hídricos e águas da Baía, projetos de saneamento básico e implantação de Estações de Tratamento. Quanto ao uso do solo, o foco será o cadastro multi-finalitário e o controle da expansão urbana sobre as UCs. Ressaltou a importância de se trabalhar com a ESEC Tamoios nesta componente, em especial, quanto a elaboração do Programa de Monitoramento Ambiental que a ESEC vem tratando no âmbito

da sua CT de Pesquisa. Finalmente, quanto a componente de envolvimento público, vamos procurar ampliar e fortalecer a participação e o controle social na gestão e conservação do ecossistema da BIG, trabalhando nos programas de Coleta Seletiva Solidária; Agenda Água; Montagem de viveiro de mudas nativas e horto comunitário e Incentivo à geração de renda por meio de práticas sustentáveis. Finalmente, foi apresentada uma planilha financeira para os 4 componentes do projeto.

Finalizando, o presidente do Conselho agradeceu a todos pela presença. A reunião encerrou às 18:10.

Eu, Adriana Nascimento Gomes, assino como responsável pela elaboração desta ATA.